

METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NO DESENVOLVIMENTO DE ANTEPROJETOS ARQUITETÔNICOS EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS: A EXPERIÊNCIA NA ALDEIA BUGIO, LAKLÃNÕ-XOKLENG, SC

Catharina Cavasin Salvador

Universidade Federal de Santa Catarina | catharinacavasin@gmail.com

Sara Dotta Correa

Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí | sara.correa@unidavi.edu.br

Maristela Macedo Poleza

Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí | maristela@unidavi.edu.br

Sessão Temática 9: Cidade, história e cultura em disputa

Resumo: As comunidades indígenas no Brasil enfrentam desafios persistentes agravados por um histórico de marginalização social e cultural. A Terra Indígena Laklãnõ-Xokleng (SC) ilustra de forma representativa essas dificuldades. Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre a aplicação de oficinas participativas na Aldeia Bugio, com o intuito de promover o engajamento comunitário e integrar as práticas da formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo. Por meio da metodologia de *placemaking*, oficinas colaborativas identificaram demandas locais e criaram um espaço de intercâmbio de saberes e práticas. As aproximações buscaram respeitar as especificidades culturais da comunidade, ao mesmo tempo em que subsidiaram propostas de anteprojetos alinhadas às suas necessidades. O estudo destaca o papel da universidade na promoção de processos colaborativos que fortalecem o protagonismo comunitário, ao mesmo tempo em que ampliam as práticas de extensão e pesquisa em territórios indígenas.

Palavras-chave: Abordagem participativa; Formação acadêmica; Preservação cultural; Saberes locais; Impacto ambiental.

COLLABORATIVE APPROACHES IN DEVELOPING ARCHITECTURAL PROPOSALS FOR INDIGENOUS TERRITORIES: THE EXPERIENCE IN ALDEIA BUGIO, LAKLÃNÕ-XOKLENG, SC

Abstract: Indigenous communities in Brazil face persistent challenges, exacerbated by a history of social and cultural marginalization. The Laklãnõ-Xokleng Indigenous Land (SC) represents these difficulties in a significant way. This work presents an experience report on the application of participatory workshops in the Bugio Village, aimed at promoting community engagement and integrating practices from the academic field of Architecture and Urbanism. Through the placemaking methodology, collaborative workshops identified local demands and created a space for exchanging knowledge and practices. The approaches sought to respect the community's cultural specificities, while also supporting the development of project proposals aligned with their needs. The study highlights the university's role in promoting collaborative processes that strengthen community leadership and expand extension and research practices in Indigenous territories.

Keywords: Participatory approach; Academic formation; Cultural preservation; Indigenous knowledge; Environmental impact.

METODOLOGÍAS PARTICIPATIVAS EN EL DESARROLLO DE ANTEPROYECTOS DE ARQUITECTURA EN TERRITORIOS INDÍGENAS: LA EXPERIENCIA EN LA ALDEA BUGIO, LAKLÃNÕ-XOKLENG, SC

Resumen: Las comunidades indígenas en Brasil enfrentan desafíos persistentes, agravados por una historia de marginación social y cultural. La Tierra Indígena Laklãnõ-Xokleng (SC) ejemplifica de manera significativa estas dificultades. Este trabajo presenta un relato de experiencia sobre la aplicación de talleres participativos en la Aldea Bugio, con el objetivo de promover el compromiso comunitario e integrar las prácticas de la formación académica en Arquitectura y Urbanismo. A través de la metodología de placemaking, los talleres colaborativos identificaron demandas locales y crearon un espacio para el intercambio de saberes y prácticas. Las aproximaciones buscaron respetar las especificidades culturales de la comunidad, al mismo tiempo que apoyaron el desarrollo de propuestas de anteproyectos alineadas con sus necesidades. El estudio resalta el papel de la universidad en la promoción de procesos colaborativos que fortalecen el liderazgo comunitario, mientras amplían las prácticas de extensión e investigación en territorios indígenas.

Palabras clave: Enfoque participativo; Formación académica; Preservación cultural; Saberes locales; Impacto ambiental.

INTRODUÇÃO

As comunidades indígenas enfrentam desafios contemporâneos significativos, especialmente no Brasil, onde questões como educação, habitação e economia continuam a ser marcadas por um histórico de marginalização estrutural e tentativas de apagamento de suas identidades. Adicionalmente, o aumento dos desastres socioambientais em 2023, exacerbado pela emergência climática, agravou os impactos sobre as populações vulneráveis, incluindo os povos originários.

Os povos Xokleng, Guarani e Kaingang destacaram-se por sua mobilização contra o Marco Temporal, debatido no Supremo Tribunal Federal, que representava uma grave ameaça aos direitos territoriais indígenas. Essa luta reflete um histórico de violência sistemática e expropriação. No final do século XIX, o Sul do Brasil foi cenário de políticas de limpeza étnica dirigidas contra os Laklãnõ-Xokleng, marcadas por atos de genocídio e a perda de terras para colonizadores europeus, impulsionados pelo extrativismo da madeira (BBC News Brasil, 2023).

Atualmente, a Terra Indígena (TI) Laklãnõ/Xokleng, localizada em Santa Catarina, abrange aproximadamente 14 mil hectares, mas ainda sofre com a falta de ações governamentais que reparem os danos históricos e garantam os direitos territoriais de seus povos. A construção da Barragem Norte, parte de um complexo destinado a minimizar inundações no Vale do Itajaí, resultou na inundação de 900 hectares da TI. Esse processo destruiu terras agricultáveis, desarticulou núcleos habitacionais e forçou o deslocamento de comunidades para áreas mais altas, como a Aldeia Bugio, comprometendo significativamente a coesão social e cultural dessas populações (CNV, 2014).

A Aldeia Bugio, situada nas áreas elevadas da TI em José Boiteux (SC), abriga as etnias Xokleng-Laklãnõ e Guarani. A implantação da barragem não apenas transformou a paisagem local e reduziu significativamente a capacidade produtiva agrícola, mas também desencadeou processos de miscigenação e fragmentação das formas tradicionais de organização comunitária, agravando os desafios da região.

Nesse contexto, o curso de Arquitetura e Urbanismo apresenta-se como um espaço para articular ensino, pesquisa e extensão em diálogo com as realidades regionais. Este estudo, alinhado ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e às diretrizes da Curricularização da Extensão, busca oferecer uma formação crítica que conecte os alunos a contextos complexos e historicamente marginalizados, como o da Aldeia Bugio. Tal experiência contribui para a ampliação do processo de ensino-aprendizagem, ao envolver os alunos em metodologias participativas que valorizam os saberes locais e os modos de vida tradicionais.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo apresentar um relato de experiência, fundamentado nas oficinas colaborativas realizadas na Aldeia Bugio. A proposta busca reconhecer as necessidades locais e promover o protagonismo indígena, integrando a comunidade ao processo de desenvolvimento projetual. As ações foram orientadas para

aproximar a comunidade, entender suas demandas e propor intervenções de arquitetura e urbanismo que promovam um desenvolvimento social, sustentável e culturalmente sensível.

Por meio de estratégias projetuais colaborativas, este trabalho visa fortalecer a conexão entre a comunidade indígena e a formação acadêmica. As propostas geradas nas oficinas têm como foco atender às necessidades e aspirações da comunidade, respeitando suas tradições e contribuindo para o fortalecimento da identidade indígena diante dos desafios contemporâneos.

O POVO LAKLÃNÕ/XOKLENG: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

Os Laklãnõ/Xokleng possuem uma história marcada por adaptações culturais e territoriais, desde seus primeiros contatos com os colonizadores até os desafios contemporâneos. Conforme Santos (1997) e Hoerhann (2012), a trajetória desse povo é permeada por muita resistência, especialmente diante das políticas de colonização e ocupação de suas terras (Figura 1). Por meio da luta pela preservação de sua identidade e território, o povo Xokleng buscar manter vivas sua herança cultural, demonstrando sua força frente às mudanças impostas.

Os Xokleng, por décadas, enfrentam desafios para preservar suas tradições diante de influências externas. Wittmann (2005) analisa o contato entre os Xokleng, imigrantes alemães e o Serviço Proteção Índio, identificando três momentos cruciais: os conflitos iniciais nas matas, a adoção de crianças indígenas e a vida no Posto Indígena Duque de Caxias após a "pacificação". Ela destaca os Xokleng como agentes históricos, enfatizando suas ações e interpretações no enfrentamento dessas novas realidades.

Entre 1836 e o início do século XX, as chamadas "Patrulhas de Bugreiros" foram mobilizadas com o objetivo de expulsar e exterminar populações indígenas, em uma prática sistemática de violência que incluía o assassinato de adultos e o sequestro de mulheres e crianças. Estas, frequentemente, eram levadas para outras localidades e entregues a famílias burguesas ou instituições religiosas para adoção, em um processo que visava extinguir suas identidades (Santos, 1973). As ações dos bugreiros baseavam-se na força brutal, resultando em conflitos marcados pela extrema violência, dada a superioridade armamentista e a lógica do extermínio (Fermino, 2013; CIMI, 2020). Nesse contexto, os bugreiros foram retratados como agentes indispensáveis para o progresso e a expansão das cidades e do capitalismo no Sul do país (Santos; Dill; Piovezada, 2020).

Sob pressão internacional, foi criado em 1910 o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), substituído mais tarde pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (Fermino, 2013). Nesse contexto, surgiu a promessa de "pacificação" como uma forma de proteção contra os ataques dos bugreiros. Em 1914, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, conhecido como Eduardo "Pacificador", foi designado para estabelecer contato com os povos indígenas e promover a chamada "pacificação". O termo, ambíguo em sua essência, pode ser entendido tanto como

uma tentativa de trazer paz quanto como uma estratégia de subjugação, tratando os indígenas como seres violentos e selvagens.

Brighenti (2014) afirma que a paz anunciada pelo SPI nunca se concretizou, e a violência persistiu de maneira institucionalizada (Figura 1). Nesse contexto, Eduardo foi retratado pela sociedade regional como um herói, sendo admirado por sua coragem em conviver com os povos indígenas por mais de meio século. Segundo o autor, ele exerceu um papel crucial na restrição da mobilidade dos indígenas em seus territórios tradicionais e na imposição de valores e práticas culturais ocidentais, contribuindo para a desestruturação das tradições originárias.

Figura 1: Indígenas ladeados por colonizadores alemães



Fonte: Acervo Edmar Hoerhann (CIMI, 2020).

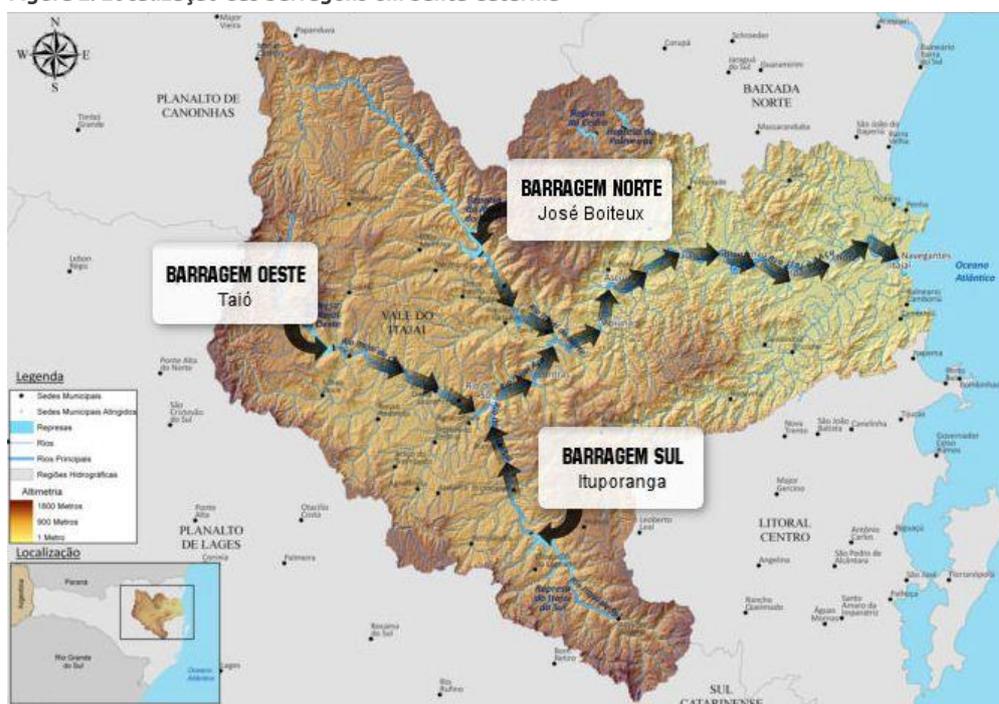
Nesse período, Eduardo fundou o Posto Plate (1914), posteriormente oficializado como Posto Indígena Duque de Caxias, que em 1926 foi transformado na Terra Indígena (TI) Ibirama Laklãnõ (Mapa de conflitos, 2020). A TI foi declarada de posse permanente dos povos indígenas pela Portaria nº 1.128, do Ministério da Justiça, em 13 de agosto de 2003, ampliando sua área para 37 mil hectares.

Ribeiro (1993) destaca que, após o contato com os colonizadores, os Xokleng enfrentaram novas doenças trazidas pelos brancos, para as quais seus xamãs não possuíam cura. Esse choque cultural gerou uma transformação significativa em suas práticas de cura. O impacto dessa interação com a sociedade não indígena levou a uma redefinição contínua das práticas culturais e sociais dos Xokleng, refletindo as profundas mudanças ocasionadas por essa convivência forçada.

A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM NORTE

A delimitação da TI foi estabelecida com o propósito de proteger o território ancestral dos Xokleng. Contudo, a demarcação enfrenta desafios significativos, principalmente devido à construção da Barragem Norte. Esse complexo de barragens começou a ser planejado na década de 1960, com o objetivo principal de mitigar os impactos das enchentes no Vale do Itajaí, particularmente em Blumenau, localizada no Médio Vale do Itajaí (Conceição, 2015; Patté, 2015). A Figura 2 apresenta a localização das três barragens no Alto Vale do Itajaí, sendo as outras duas situadas nos municípios de Taió e Ituporanga.

Figura 2: Localização das barragens em Santa Catarina



Fonte: Klaumann (2017).

Desde 1852, diversas e recorrentes enchentes foram registradas em Blumenau, evidenciando a vulnerabilidade da região às cheias do Rio Itajaí-Açu. Quando o rio atinge a marca de 8,50 metros, dezenas de ruas do município são alagadas. Esse cenário levou à mobilização de diferentes segmentos da sociedade, incluindo a sociedade civil organizada, empresários e outros grupos, que pressionaram dirigentes para encontrar soluções mitigadoras (Frank, 1992; 1994). Para Fraga (2000) este problema poderia ser minimizado por obras não-estruturais, e por menos desgaste ecológico nas áreas escolhidas para as obras de regularização.

Políticos da região abraçaram o problema e a busca da conclusão das obras de regularização na bacia do Itajaí, transformou-se no grande discurso de palanque eleitoral de vereadores, prefeitos, deputados, senadores e até governadores. A imprensa ajudou na cristalização da ideia de solução por meio de obras estruturais e várias matérias publicadas nos jornais de circulação estadual, e até nacional, por décadas frisaram esse discurso, sem se aterem à opinião técnica de especialistas (Mattedi, 1994).

No início da década de 1970, a construção insensata da Barragem Norte se iniciou sem licenciamento ambiental e sem explicações aos povos indígenas da região. Esse empreendimento marcou o início de um contato mais intenso entre indígenas e comunidades vizinhas, associado à exploração indiscriminada de recursos florestais. A barragem foi apresentada como uma solução para mitigar enchentes nas cidades do Vale do Itajaí, com o discurso de salvar vidas. No entanto, seu impacto foi devastador para o povo Xokleng, resultando em 20 mortes e deslocamentos forçados (Vela; Wittmann; Trevisan, 2021).

Chamada por alguns como barragem “morte”, ela é a maior represa de contenção de cheias do Brasil. O que representa segurança para milhares de pessoas simboliza tragédia para os Xokleng. O empreendimento reforça a desigualdade no valor atribuído às vidas indígenas, evidenciando um desequilíbrio coletivo na preservação da dignidade humana (Vela; Wittmann; Trevisan, 2021).

A construção da barragem trouxe centenas de operários não indígenas para a TI, muitos dos quais formaram famílias com indígenas e permaneceram na região. No final da década de 1970, a contenção do rio resultou na inundação de residências indígenas (Xavier, 2007). Famílias foram desalojadas em seu próprio território, sendo realocadas para áreas mais altas da TI, dando origem à Aldeia Bugio. As águas inundaram terras planas, férteis e agricultáveis, degradaram o rio, exterminaram a fauna aquática e causaram desabamentos (CIMI, 2020). Esses fatores contribuíram para a vulnerabilidade socioeconômica da comunidade, o desaldeamento e o deslocamento de indígenas para periferias urbanas (Namen, 1991).

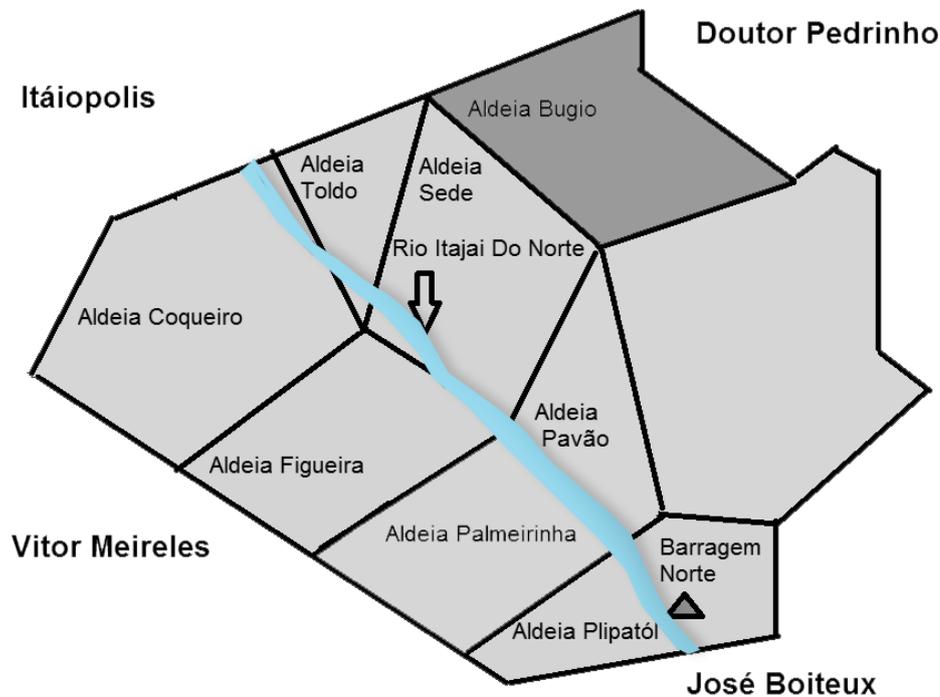
O contato com os operários, aliado ao processo de aculturação, gerou conflitos internos e fragmentou a TI em oito aldeias (Figura 3). Essa divisão afeta a articulação comunitária na luta por melhorias e enfraquece a capacidade dos povos indígenas de reforçar um senso de conexão e identidade coletiva (Fermino, 2013). Apesar da magnitude de suas consequências, até hoje não foram apresentados estudos de impacto ambiental ou medidas mitigatórias (CIMI, 2020). Os efeitos dessa construção foram retratados em filmes como “Gente do Sol” (Xavier, 2007), “Enchente: o outro lado da barragem norte” (2015) e “Órfãos do vale” (2018).

A TI Ibirama Laklãnõ é a maior do povo Xokleng no Sul do Brasil, abrigoando cerca de 2.057 habitantes e abrangendo os municípios de Vitor Meireles, Itaiópolis, Dr. Pedrinho e José Boiteux (Figura 3). No entanto, embora as comunidades indígenas estejam localizadas nas proximidades dessas cidades, muitos dos moradores das áreas vizinhas continuam a perpetuar narrativas oriundas dos colonizadores, desconhecendo a realidade e os desafios enfrentados pelos povos originários que habitam a região (CIMI, 2020).

Hoje, a realidade na Terra Indígena é marcada por práticas culturais indígenas que se entrelaçam com atividades religiosas promovidas por igrejas. Essa convivência tem influenciado a valorização de aspectos culturais ocidentalizados e transformado os papéis familiares e comunitários. Segundo Criri (2020), a construção da barragem impactou profundamente os costumes, crenças e tradições da comunidade indígena, alterando drasticamente seus modos de vida e espiritualidade. Ela afirma que a degradação ambiental

resultante comprometeu a natureza, que servia de base para suas crenças e práticas culturais, enfraquecendo assim a conexão intrínseca entre o povo indígena e o seu ambiente sagrado.

Figura 3: Terra Indígena Ibirama Laklãnô, Santa Catarina



Fonte: Adaptado de Ícaro Patté (2019).

Na década de 1950, com a chegada da igreja, um número considerável de indígenas se converteu, deixando para trás hábitos adotados após o contato, como o uso de álcool. Contudo, essa conversão também os submeteu aos valores pentecostais (Xavier, 2007). A igreja evangélica, em particular, proibiu práticas culturais e rituais indígenas, promovendo uma ruptura com as tradições ancestrais e impondo códigos de vestimenta, como saias longas e cabelos compridos para as mulheres e calças e camisas sociais para os homens (Fermino, 2013; Criri, 2020).

Atualmente, a maioria da população segue a religião evangélica pentecostal, e diversas denominações religiosas são amplamente aceitas na comunidade, com a Assembleia de Deus sendo a denominação com o maior número de adeptos (Patté et al., 2015). Além disso, alguns caciques e vice-caciques eleitos pela comunidade também desempenham o papel de pastores nas igrejas, o que evidencia a profundidade da influência evangélica na organização social e espiritual da comunidade.

A ALDEIA BUGIO

A TI Ibirama Laklãnô é composta por oito aldeias: Sede, Palmeirinha, Figueira, Coqueiro, Toldo, Pavão, Plipatól (termo que significa "borboleta" na língua Xokleng) e Bugio (Figura 3). A aldeia Bugio tornou-se um refúgio para as famílias que buscavam se proteger tanto das doenças

trazidas pelos trabalhadores da barragem quanto dos impactos da inundação de 1979, provocada pelo acionamento da barragem (Patté et al., 2015).

A comunidade, cuja fonte de renda recente provém do turismo ecológico, destaca-se pela Trilha da Sapopema, que busca promover formas sustentáveis de preservação e valorização dos hábitos culturais, dos modos de habitar e das paisagens naturais. A árvore Sapopema, conhecida por suas grandes proeminências no tronco, facilitava a emissão e propagação de sementes na mata, desempenhando um papel importante na comunicação tradicional dos Xokleng (Patté et al., 2016). Em homenagem à sua relevância cultural e ecológica, a trilha leva seu nome, tendo como ponto central uma árvore dessa espécie.

Em entrevista realizada em fevereiro de 2024, a vice-cacique Laudiceia informou que a aldeia possui aproximadamente 400 habitantes, distribuídos em 96 famílias, das quais cerca de 200 são crianças com até 12 anos. Isso implica que uma parcela significativa da população é composta por crianças, sendo que poucas delas falam fluentemente a língua Xokleng. Nesse contexto, a Escolas Indígenas de Ensino Básico (EIEB) desempenha um papel crucial na preservação cultural, funcionando como um importante espaço para a revitalização da língua e da identidade indígena (Patté et al., 2016).

Conforme argumenta Barbosa (2011), a educação nas EIEB vai além do ensino formal, englobando práticas tradicionais, ensinamentos ancestrais e a relação com o território, fortalecendo a identidade e a coesão social entre os mais jovens. No entanto, a capacidade de desenvolver atividades culturais é limitada pela falta de equipamentos comunitários na Aldeia, o que restringe a preservação da língua e da arte indígenas ao ambiente escolar, tornando essas iniciativas insuficientes para a manutenção da cultura após a conclusão do ensino médio.

O processo educacional, embora essencial para a transmissão de conhecimentos culturais e para a reafirmação da identidade Laklãnõ/Xokleng, enfrenta desafios impostos pela modernidade, destacando a necessidade de estratégias adicionais para garantir a continuidade das tradições culturais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia deste projeto esteve integrada às atividades de Extensão e a três disciplinas do curso de Arquitetura e Urbanismo: Ateliê de Planejamento Urbano I, Ateliê de Projeto III e Introdução à Sustentabilidade. A complexidade do cenário e o delicado histórico da comunidade impulsionaram a adoção de uma abordagem participativa, materializada em oficinas que visaram ao reconhecimento das necessidades locais, enquanto valorizavam a cultura indígena.

Na fase inicial da pesquisa, a dimensão investigativa buscou desenvolver uma compreensão crítica sobre a realidade social da comunidade indígena, com o objetivo de identificar os desafios enfrentados e desconstruir as narrativas colonizadoras que ainda permeiam o

imaginário regional. Em seguida, a dimensão interventiva concentrou-se no planejamento e na execução de ações colaborativas, voltadas para o reconhecimento das necessidades locais e a capacitação da população sobre possibilidades de melhorias em seu território. Por fim, a dimensão formativa destacou-se como um processo de aprendizado coletivo, envolvendo docentes, acadêmicos e membros da comunidade indígena, com vistas à emancipação social, cultural, ética e política, além do fortalecimento comunitário.

Na fase interventiva, as oficinas participativas tiveram um papel fundamental na coleta de informações e no mapeamento das demandas específicas da Aldeia Bugio, servindo como base para a elaboração de propostas de anteprojetos arquitetônicos e urbanísticos. Já na fase formativa, os anteprojetos desenvolvidos pelos acadêmicos buscaram valorizar práticas culturais e fortalecer a identidade indígena, equilibrando as influências externas com as tradições locais.

METODOLOGIA PLACEMAKING

Para promover um território inclusivo e colaborativo, é fundamental envolver a população local no processo de planejamento, desenho e programação do espaço público, onde ela não apenas contribui, mas atua como especialista. As comunidades conhecem profundamente suas necessidades e aspirações, e ouvir suas percepções é indispensável para criar espaços que realmente atendam e ressoem com a vida comunitária. A construção colaborativa de um espaço urbano, como uma praça, fortalece laços sociais e territoriais, promovendo o convívio e a socialização ao longo do tempo.

O processo participativo visa, então, construir um ambiente que não apenas acomode atividades necessárias, mas que também seja acolhedor e atraente, tornando-se um local de pertencimento e orgulho. Na década de 1960, aponta Moreira (2021), autores como Jane Jacobs e William H. Whyte introduziram ideias que, mais tarde, viriam a servir como pilares para o desenvolvimento do conceito de *Placemaking*, embora esse termo só tenha sido consolidado anos depois. Suas principais contribuições incluem uma visão voltada para o desenvolvimento de bairros dinâmicos, espaços públicos atraentes e cidades capazes de atender de forma ampla e eficaz às necessidades de seus moradores (Moreira, 2021).

Essas noções foram fundamentais para o surgimento e a consolidação desse conceito. A abordagem *Placemaking* ("fazer lugares") traz em si um conceito amplo que busca melhorar ambientes tendo como foco as pessoas e interações coletivas (PPS, 2017). A ideia é que todos possam se apropriar dos locais onde convivem, participando ativamente no processo de planejamento e gestão destes espaços.

Apoiados nesta metodologia, aconteceram oficinas participativas que facilitaram a aproximação com as lideranças locais, incluindo caciques e vice-caciques, além de envolver crianças e adolescentes indígenas. Essas atividades promoveram a participação ativa da comunidade, assegurando sua contribuição direta no processo de tomada de decisões.

A visita de campo realizada em março de 2024, marcou o início desse processo, em que alunos e professores, percorreram a Trilha da Sapopema, vivendo experiências com trocas culturais valiosas. Na ocasião, foram aplicadas as oficinas participativas, apoiadas no trabalho de Abelha et al. (2019). Cada oficina foi desenvolvida com etapas e objetivos específicos para alinhar as expectativas e percepções comunitárias com o planejamento dos anteprojetos a serem elaborados nas três disciplinas.

As ações, realizadas na Escola Indígena Vanhecu Patte, incluíram atividades como o "Mapeamento Participativo", para a espacialização das atividades locais; a elaboração do "Mural de Prioridades", que apontou demandas comunitárias; o "Varal de Inspirações", para identificar referências culturais e estéticas; o "Mapa afetivo", para registrar as relações dos moradores com o espaço, e a posterior "Montagem de Maquetes", para permitir maior visibilidade das ideias propostas nos espaços existentes. As ações cobriram três aspectos centrais: 1) a identificação de atividades e demandas funcionais para os anteprojetos; 2) intervenções que aumentem a atratividade e o conforto do espaço; e 3) elementos que reforcem a importância do lugar, inspirando as pessoas a se apropriarem dele de maneira genuína (Abelha et al, 2019).

OFICINAS PARTICIPATIVAS

1. Mapa Afetivo – “Um lugar que eu gosto”: Com o objetivo de resgatar memórias e fortalecer o vínculo afetivo dos participantes com o território, a oficina incentivou a expressão de lembranças e atividades significativas. Esse exercício buscou criar novas memórias para o espaço proposto, despertando a participação e o sentimento de pertencimento. Folhas de papel sulfite foram disponibilizadas para que cada participante registrasse, por meio de desenhos ou palavras, os lugares e atividades que mais apreciavam. Além disso, foi oferecida a oportunidade de expressarem seus desejos para o futuro do espaço, por meio de palavras ou representações visuais. Embora essa prática seja habitualmente realizada no Varal de Inspirações, a adaptação foi feita para atender ao contexto da sala de aula, enquanto o varal foi implementado na área externa.
2. Mural de Prioridades: Foram criados seis murais temáticos para votação, representando diferentes áreas de interesse para o espaço, a fim de captar as preferências dos participantes em termos de atividades e espaços prioritários. As áreas contempladas foram: a) área para múltiplas atividades; b) área cultural; c) área para crianças; d) área esportiva; e) área de convivência; e f) área verde. Com imagens ilustrativas para cada opção, os murais permitiram aos participantes votarem nas áreas que consideravam mais importantes, oferecendo uma visão clara das prioridades da comunidade e ajudando a definir os elementos que devem compor o espaço.

3. Varal das Inspirações: Utilizando imagens extraídas de estudos correlatos e referências culturais, o varal apresentava uma variedade de itens que poderiam compor o futuro espaço, como mobiliário, áreas de lazer e elementos visuais. Este exercício incentivou os participantes a refletirem sobre as possibilidades de *design* e funcionalidade, além de oferecer uma oportunidade para comparar essas novas imagens com as ideias do Mural de Prioridades.

Adicionalmente, foi realizado um mapeamento participativo com a colaboração das lideranças comunitárias para compreender melhor o território e identificar as atividades existentes na Aldeia Bugio. A metodologia adotada baseou-se na estratégia da Associação para Mulheres e Povos Indígenas do Chade (AFPAT), que utiliza imagens de satélite de uma área e agrega informações fornecidas pelos anciãos e anciãs indígenas, incorporando seus conhecimentos tradicionais do território (Ibrahim, 2024). Esse método permitiu identificar a localização de áreas importantes, como atividades, equipamentos comunitários, nascentes e locais de coleta de medicamentos naturais. O processo contou com contribuições voluntárias das lideranças indígenas, garantindo o compartilhamento ativo do conhecimento tradicional (Figura 4).

A criação de espaços para manifestação das expectativas coletivas buscou reforçar o senso de comunidade e colaboração, revelando o potencial transformador dos próprios moradores e incentivando articulações para a melhoria contínua da qualidade de vida (Abelha et al., 2019). Por meio de uma sequência de oficinas participativas, os participantes puderam expressar suas percepções e participar ativamente do processo de cocriação do espaço. Essa abordagem colaborativa promoveu um aprendizado mútuo, valorizando o protagonismo da comunidade e gerando subsídios fundamentais para as propostas apresentadas.

Outro benefício dos métodos colaborativos é a oportunidade de dar voz às mulheres, permitindo que participassem das decisões e compartilhassem seu conhecimento tradicional para futuras adaptações da comunidade (Ibrahim, 2024). Mulheres possuem saberes únicos, frequentemente subexplorados na estrutura das comunidades. A pesquisa, portanto, reconheceu e valorizou o saber tradicional dos anciãos, das mulheres e das crianças da EIEB, destacando a relevância desses grupos no fortalecimento das dinâmicas sociais e culturais dentro das comunidades indígenas.

Após as oficinas e o mapeamento das necessidades locais, foram sistematizadas as respostas obtidas e elaboradas propostas de anteprojetos integrando as três disciplinas envolvidas. As intervenções projetadas pelos acadêmicos foram desenvolvidas com base nas demandas identificadas pela comunidade e alinhadas aos objetivos pedagógicos das unidades curriculares (UCs) envolvidas. Os projetos tiveram como objetivo central a criação de estratégias projetuais que valorizassem e promovessem a cultura local, conciliando elementos tradicionais com princípios de desenvolvimento sustentável. Essas propostas foram estruturadas para tornar os espaços mais funcionais, atrativos e representativos da identidade cultural da Aldeia Bugio.

RESULTADOS E REFLEXÕES CRÍTICAS

O mapeamento colaborativo trouxe à tona aspectos essenciais para o reconhecimento das atividades comunitárias, turísticas e comemorativas, além de identificar áreas de grande importância, como nascentes e riachos utilizados pelas crianças para banho (Figura 4). Durante o processo, os participantes apontaram demandas prioritárias, como a falta de iluminação pública, problemas de acessibilidade, dificuldades na conexão entre diferentes atividades e a presença de áreas com risco de desabamento.

O mapeamento também destacou um eixo turístico estratégico, interligando o centro cultural da aldeia — ponto de recepção para a Trilha da Sapopema — a outras estruturas significativas, como um museu, a "casa do fogo" (espaço dedicado à fogueira e à produção de artesanato) e duas ocas tradicionais que simbolizam as culturas Xokleng e Guarani. Adicionalmente, foram identificados terrenos com potencial para o desenvolvimento dos anteprojetos, fortalecendo a integração entre as atividades existentes.

Figura 4: Registro do mapeamento participativo com a indicação de terrenos



Fonte: autores (2024).

As oficinas evidenciaram demandas, referências culturais e relações com o espaço (Figura 5). No Mural de Prioridades houve maior participação das crianças (adesivos amarelos), o que ressaltou o forte interesse por áreas de recreação infantil e espaços esportivos. A preferência por áreas com vegetação densa, sombreamento e proximidade com corpos d'água foi evidenciada no Mural de Área Verde, refletindo a profunda conexão dos indígenas com a natureza. Este aspecto destaca a visão culturalmente enraizada da comunidade, que valoriza espaços que promovem harmonia com o ambiente natural.

A participação dos adultos no Mural de Prioridades (adesivos azuis) e no Varal de inspirações, destaca a priorização por espaços dedicados a práticas culturais como artesanato, pintura, música e dança, evidenciando o desejo de fortalecer as expressões culturais locais. Observou-se que a visualização de novas inspirações no varal permitiu uma interpretação mais rica e diversa das necessidades locais. No Mapa Afetivo, os desenhos indicam demandas específicas por áreas de recreação infantil, com destaque para parquinhos, jogos tradicionais e a implementação de uma horta comunitária, que poderia contribuir para o fortalecimento da segurança alimentar e da interação social (Figura 5).

Apesar do interesse demonstrado pelas lideranças comunitárias em relação às atividades culturais, nota-se uma baixa priorização de espaços exclusivos para manifestações culturais, com apenas 45 votos no Mural de Áreas Culturais. Esse dado reflete uma lacuna significativa a ser abordada nas propostas de intervenção. A escassa demanda por espaços culturais evidencia uma carência local e sugere uma perda progressiva de interesse pelas tradições culturais, especialmente entre as crianças. Esse cenário aponta para a necessidade urgente de fortalecer e revitalizar a identidade cultural local, promovendo espaços que incentivem o resgate e a valorização das práticas e saberes tradicionais da comunidade.

Figura 5: Oficinas participativas - Mural de Prioridades, Varal de Inspirações e desenhos do Mapa Afetivo



Fonte: autores (2024).

Durante as visitas, as lideranças comunitárias destacaram a necessidade de melhorias em espaços existentes, como a criação de uma área para eventos comunitários, um espaço para exposição da história local e a construção de um posto de saúde adequado. Ademais, a

experiência evidenciou deficiências estruturais significativas na Aldeia Bugio, incluindo barreiras à mobilidade, isolamento, problemas de saúde mental, e vulnerabilidade social, agravadas por desigualdades sistêmicas que impactam diretamente a infraestrutura local.

Essas limitações afetam áreas fundamentais, como educação, saúde e bem-estar, dificultando o desenvolvimento integral da comunidade. A ausência de equipamentos comunitários apropriados restringe a realização de atividades culturais essenciais para a preservação da identidade indígena. Como resultado, a escola local acaba assumindo um papel multifuncional, concentrando boa parte das iniciativas comunitárias, o que reforça a urgência de novos espaços destinados a atender as demandas culturais e sociais da aldeia.

Com base nos dados levantados, os acadêmicos desenvolveram três propostas de anteprojetos, alinhadas às três Unidades Curriculares (UCs) envolvidas. Entre elas está a remodelação da via principal, que incorpora práticas sustentáveis para minimizar impactos ambientais, como soluções para drenagem natural, além de promover a integração dos espaços comunitários adjacentes. O redesenho busca melhorar a mobilidade e o acesso, fortalecendo a conexão entre os diversos pontos da aldeia.

Complementarmente, foi proposta uma praça multifuncional, planejada como um espaço central de convivência. A praça é concebida para atender a uma diversidade de atividades, incluindo encontros comunitários, eventos culturais, brincadeiras infantis e práticas esportivas. O projeto foi enriquecido pela elaboração de maquetes físicas, que não apenas facilitaram a compreensão dos alunos sobre a topografia do terreno, mas também promoveram um maior engajamento da comunidade indígena na análise e interpretação dos projetos, tornando o processo mais inclusivo. A proposta tem como objetivo reforçar o senso de pertencimento e criar um espaço que celebre a coletividade e a riqueza cultural da aldeia.

Por fim, o Centro Social foi projetado com uma estrutura modular, composta por blocos funcionais que abrigam atividades culturais, serviços de saúde, eventos comunitários e um memorial Xokleng. A organização espacial prioriza as práticas coletivas, facilita o acesso aos serviços essenciais e valoriza a memória e identidade do povo indígena, contribuindo para o fortalecimento da conexão comunitária e cultural.

A abordagem voltada para os desafios socioambientais e culturais enfrentados pelas comunidades indígenas inicialmente encontrou certa resistência por parte dos acadêmicos. Contudo, a implementação de oficinas participativas resultou em um engajamento crescente dos estudantes já na fase de planejamento das ações. O contato direto com a realidade da Aldeia Bugio e a interação com a comunidade foram decisivos para despertar um senso de responsabilidade social e um olhar crítico sobre o papel da arquitetura e do urbanismo em contextos de vulnerabilidade. Ademais, as oficinas colaborativas proporcionaram uma experiência prática desafiadora, incentivando os alunos a adaptar conceitos acadêmicos às especificidades culturais e territoriais dos Laklãnō-Xokleng. Esse processo não apenas

enriqueceu o ensino-aprendizagem, mas também fomentou empatia, sensibilidade e um entendimento mais profundo sobre a importância de processos culturalmente respeitosos.

Os resultados dos projetos foram apresentados às lideranças indígenas e aos estudantes da EIEB em dois momentos de grande relevância (Figura 6). O primeiro aconteceu em um evento acadêmico na universidade, onde representantes da Aldeia Bugio foram convidados a participar, promovendo um intercâmbio cultural que aproximou a academia da realidade indígena. Nesta ocasião, incentivou-se o uso de trajes típicos pelos representantes, e uma apresentação cultural com a dança tradicional Xokleng foi realizada no acesso principal da universidade, evidenciando a valorização da cultura indígena em um ambiente acadêmico (Figura 7). O segundo momento ocorreu na própria aldeia, durante uma cerimônia de entrega dos trabalhos, reforçando o compromisso com a comunidade. Este encontro proporcionou um espaço de diálogo, onde as lideranças puderam expressar suas impressões e oferecer sugestões sobre as propostas apresentadas, consolidando a natureza colaborativa do projeto (Figura 6).

Figura 6: Registros de projetos expostos no evento acadêmico e entrega dos trabalhos na EIEB



Fonte: autores (2024).

É importante mencionar que, apesar do caráter participativo e colaborativo do projeto, foi observada certa dificuldade no envolvimento das lideranças da Aldeia Bugio durante as apresentações e na etapa de entrega do projeto. Esse desafio pode ser atribuído a diversos fatores contextuais e culturais. Em primeiro lugar, a estrutura hierárquica tradicional da aldeia, onde o cacique e os anciãos desempenham papéis centrais na tomada de decisões, pode influenciar a dinâmica de participação. Em certas situações, foi percebido que os anciãos demonstraram resistência em se envolver ativamente nas discussões, possivelmente devido à percepção de que decisões sobre a aldeia devem ser centralizadas em figuras específicas de autoridade. Esse aspecto cultural é essencial para compreender a complexidade do

processo de engajamento, pois reflete uma forma de organização tradicional que nem sempre se alinha com as práticas colaborativas.

A sobrecarga de responsabilidades dessas lideranças, aliada à desconfiança histórica em relação a intervenções externas, pode ter contribuído para uma postura mais distante e cautelosa. Em um contexto de incerteza quanto à concretização e viabilização das propostas apresentadas, algumas lideranças presentes aproveitaram a oportunidade para expor outras necessidades imediatas, desviando o foco das apresentações em andamento. Outra questão relevante é a influência de instituições externas, como a igreja evangélica, que exerce um impacto cultural e social significativo na comunidade. Essa influência pode afetar o nível de engajamento das lideranças em atividades externas à igreja, especialmente quando se tratam de questões relacionadas a aspectos culturais ou identitários da comunidade.

Quanto ao método de *placemaking* e sua aplicação na comunidade indígena, é possível destacar contradições importantes relacionadas à dinâmica social, às hierarquias culturais e à forma como as decisões comunitárias são tradicionalmente tomadas. O *placemaking* busca incluir todos os participantes no planejamento e na construção do espaço público, reconhecendo-os como especialistas das necessidades locais. No entanto, em uma cultura indígena onde o processo decisório é comumente orientado por lideranças centrais, como o cacique, esse método pode entrar em conflito com práticas e valores profundamente arraigados.

Durante as oficinas participativas, por exemplo, a abordagem de consulta individual para o “Varal de inspirações” encontrou um desafio particular com os anciãos. Um dos participantes mais velhos expressou que não tinha que opinar ou decidir sobre os aspectos abordados na oficina, pois essa responsabilidade cabia ao cacique. Essa resposta revelou a diferença entre a estrutura de decisão colaborativa proposta pela metodologia e o modelo tradicional da comunidade, no qual a autoridade central tem um papel fundamental na representação e validação das decisões coletivas.

As contradições apresentadas sugerem a necessidade de adaptações quando aplicada a contextos indígenas. Assim, trabalhos futuros podem explorar formas de adequar esse método para respeitar as hierarquias e práticas culturais, propondo, por exemplo, que as oficinas sejam conduzidas inicialmente com a presença de lideranças, como o cacique, para orientar o grupo sobre os temas abordados. Complementarmente, a inclusão de antropólogos ou profissionais de áreas correlatas pode enriquecer a compreensão das relações sociais e do simbolismo espacial na cultura indígena, permitindo que a metodologia incorpore perspectivas culturais que não são comuns em contextos urbanos. A presença desses profissionais poderia facilitar a mediação entre os facilitadores e a comunidade, garantindo que as práticas e valores locais sejam preservados e respeitados no processo participativo. Com essas adaptações, a metodologia poderia evoluir para uma abordagem que, além de ser colaborativa, seja também mais sensível às especificidades culturais.

O desenvolvimento das ações foi marcado por limitações, especialmente devido a uma visão restrita sobre a relevância de atuar junto a comunidades indígenas. Embora as visitas de campo tenham recebido apoio institucional, o trabalho permaneceu isolado no âmbito do curso de Arquitetura e Urbanismo. Um suporte institucional mais abrangente poderia ter ampliado os impactos positivos das ações realizadas.

Apesar dos desafios, o projeto se destaca como a primeira iniciativa da instituição a incluir os indígenas de forma direta e a recebê-los em suas instalações. Essa ação inédita teve um impacto significativo, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a indígena, criando um espaço de reconhecimento, diálogo e valorização cultural. A apresentação da dança tradicional Xokleng não apenas evidenciou a riqueza cultural da comunidade indígena, mas também desempenhou um papel essencial na sensibilização da comunidade acadêmica, destacando a relevância da valorização e preservação das tradições originárias (Figura 7).

No âmbito do curso de Arquitetura e Urbanismo, o trabalho incentivou o enfrentamento de preconceitos e desconfianças regionais em relação à comunidade indígena, promovendo a construção de uma cultura acadêmica comprometida com a inclusão social e o respeito às especificidades culturais. A abordagem colaborativa e sensível consolidou bases para futuras colaborações e incentivou o fortalecimento do diálogo intercultural.

Figura 7: Apresentação de dança tradicional Xokleng a todos os estudantes da universidade



Fonte: autores (2024).

Outro ponto forte foi a promoção de um processo colaborativo que buscou não apenas atender às demandas práticas da comunidade, mas também contribuir para o fortalecimento da identidade local e dos vínculos intergeracionais. Ao integrar os saberes e perspectivas de anciãos, mulheres e crianças, o projeto evidenciou o papel dessas vozes na preservação e renovação cultural. Essa valorização reforçou a importância da educação como ferramenta para a transmissão de conhecimentos tradicionais, contribuindo para a reafirmação da identidade indígena em meio aos desafios contemporâneos.

Por fim, a iniciativa se destaca por estabelecer um modelo de engajamento acadêmico que integra a formação profissional com uma profunda sensibilidade cultural, promovendo intervenções que transcendem o âmbito acadêmico e **BUSCAM** gera um impacto positivo e duradouro na comunidade atendida.

CONCLUSÃO

O trabalho destaca o papel da universidade em promover processos colaborativos que respeitem as especificidades culturais das comunidades indígenas, sugerindo que a abordagem, embora originalmente desenvolvida para o contexto urbano ocidental, pode ser adaptada de maneira sensível para incorporar os modos de vida tradicionais. Vale mencionar que a adaptação cuidadosa de metodologias participativas exige um equilíbrio entre as práticas acadêmicas e o respeito às tradições culturais. Essa dinâmica não apenas enriquece a formação dos estudantes ao proporcionar experiências práticas e reflexivas, mas também pode fomentar a autonomia das comunidades indígenas e fortalecer suas identidades culturais.

O envolvimento dos discentes nesse processo impulsiona a criação de soluções urbanísticas e arquitetônicas mais sensíveis e alinhadas ao contexto local. O reconhecimento da conexão profunda e intrínseca dos povos indígenas com a natureza revelou um aspecto frequentemente negligenciado no ambiente urbano, ressaltando a importância de integrar valores ecológicos nas propostas. Essa abordagem orientou proposições mais sustentáveis e tem o potencial de influenciar futuros projetos dos estudantes, reforçando o compromisso com práticas que respeitem a diversidade cultural e o ambiente natural. Por fim, conclui-se que o intercâmbio entre universidade e comunidades indígenas vai além da esfera técnica, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural. A experiência com a Aldeia Bugio reafirma a relevância de iniciativas que busquem integrar o saber acadêmico às demandas locais, promovendo o fortalecimento comunitário e expandindo práticas de extensão em territórios indígenas.

REFERÊNCIAS

ABELHA, G. S.; VITIELLO, M. G. F.; SANCHES, T. L. B.; KANASHIRO, M.; SUGUIHIRO, V. L. T. A praça colaborativa Vista Bela: intervenção urbana para o despertar da sociabilidade e do sentido de pertencimento territorial. **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, v. 16, 2019.

BARBOSA, Ana Clarisse **A Educação da criança na revitalização da identidade indígena: o contexto Xokleng/Laklãnõ**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2011

BRIGHENTI, Clovis Antônio. Xokleng e a memória perdida: a história que é melhor não contar. **Conselho Indigenista Missionário Regional Sul** (Cimi), 30 de set. de 2014.

CONCEIÇÃO, Lays Cruz. **Vivências de escritas entre os Laklãnõ/Xokleng**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 2015.

Cruz, A. S.; Souza, C. C. **Laklãnõ/Xokleng: os órfãos do Vale**. Documentário. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão. 2018.

Enchente: o outro lado da barragem norte. Direção de Humberto Capucci. Santa Catarina: Café Cuxá Filmes, 2015. Disponível em: < <https://youtu.be/kTKNmogdQAY> >.

FERMINO, Antonio Luis. **Histórias, conflitos e contatos entre os Laklãnõ/Xokleng e não indígenas**. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH, Natal, 2013.

FRAGA, Nilson C. Clima, **Gestão e enchentes no Vale do Itajaí** - Santa Catarina, 2000

FRAGA, Nilson Cesar. GOULART, Maria do Carmo Ramos Krieger. Vale dos Índios, Vale dos Imigrantes. Blumenau: Cultura em Movimento/Fundação Cultural de Blumenau, 2000.

FRANK, Beate; et al.. **A relação homem-natureza**. Blumenau: [s.n.], 1989.

FRANK, Beate. **O tratamento do problema das enchentes na Bacia do Itajaí**. Dynamis. Blumenau, V.I, N.I, pp. 19-27, out/set, 1992.

FRANK, Beate; LACERDA, Ana LuciaL. **Contribuição analítica à gestão do projeto Itajaí I**. Revista de Divulgação Cultural da Furb. Blumenau, V. 15, N.49, pp. 45-51, Mai/Ago, 1992.

FRANK, Beate. **Enchentes, planejamento e paisagem**. In: CAUBET, Christian Guy (organ). Manejo alternativo de recursos hídricos. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1994. pp. 99-107.

Há 106 anos, pacificação Xokleng serviu como armadilha para violência e esbulho territorial. **Conselho Indigenista Missionário Regional Sul** (Cimi), 18 out. de 2020.

HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. **O Serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng (1927 – 1954)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em História. Florianópolis, 2012.

IBRAHIM, L. H. O. **How mapping indigenous knowledge is helping nomadic communities to fight climate change—and extinction**. *Wired Insider*, 2021. Disponível em:

<<https://www.wired.com/sponsored/story/3d-mapping-indigenous-climate-change-extinction/>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

KLAUMANN, Ana Paula. **O problema das inundações no Alto Vale do Itajaí: abordagem exploratória inspirada no debate sobre o desenvolvimento territorial rural**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2017.

MATTEDI, M. A. **Enchentes em Blumenau: um estudo sobre o comportamento do sistema político no período de 1983-1994**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1994.

MAPA DE CONFLITOS. Povos indígenas Laktlãnõ-Xokleng, da TI Ibirama La Klãnõ, lutam por regularização de território, contra preconceito e contra pandemia mundial da covid-19. **Escola Nacional de Saúde Pública** (ENSP/Fiocruz). 23 de out. de 2020.

MOREIRA Susanna . **"O que é placemaking?"** 08 Mai 2021. ArchDaily Brasil. Acessado 16 Set 2024. <<https://www.archdaily.com.br/br/960416/o-que-e-placemaking>>

NAMEN, Alexandro Machado. **A barragem de Ibirama e as populações atingidas na Área Indígena: documento denúncia**. Boletim de Ciências Sociais, Florianópolis, UFSC, n. 51, p. 65-89, 1991.

PATTÉ, Ícaro. **Mapa Da Terra Indígena Laktlãnõ**. Wikipedia, 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Língua_xoclengue#/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

PATTÉ, Abraão Kovi; PRIPRÁ, Acir Kaile; PRIPRÁ, Alfredo; PRIPRÁ, Altieres Nandjawu; KLUGE, Anderson; PATTÉ, Átila Mokli; LÓ, Cambechum; CAMLEM, Elaine Kosicla; DE LIMA, Josiane; LEMOS, Lilian Patte do Santos; PATTE, Margarete Vaikome; PATTE, Osiel; PATTE, Vilma Couvi; CRIRI, Cuzugni Voia. **Aldeias da Terra Indígena Laktlãnõ**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH, Departamento de História, Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, 2016.

PATTÉ, Ana Roberta Uglõ. **Barragem Norte na Terra Indígena Laktlãnõ**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

Povos Indígenas do Brasil. **Povo Xokleng**. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 10 de jan. de 2024. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xokleng>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PPS. **What is placemaking?** Project for Public Spaces, 2007. Disponível em: <<https://www.pps.org/article/what-is-placemaking>>. Acesso em: 16 set. 2024.

RIBEIRO, Darcy. **A pacificação dos Xokleng**. Carta, Brasília: Gab. Sen. Darcy Ribeiro, n. 9, p. 23-52, 1993.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng**. Porto Alegre: Movimento; Florianópolis: Edeme, 1973.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Os índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: EdUFSC; Itajaí: Ed. UNIVALI, 1997.

SANTOS, Jorge Alejandro; DILL, Fernanda Machado; PIOVEZANA, Leonel. Reescrevendo a história sob uma perspectiva indígena: a desconstrução da figura do "desbravador" no oeste de Santa Catarina. **Revista Interfaces da Educação**, v. 11, n. 33, 2020. Edição temática: Educação, raça e os desafios da docência.

Serviço de Proteção aos Índios (SPI). **POVOS INDÍGENAS NO BRASIL**. 31 de ago. 2018.

WITTMANN, Luisa Tombini. **Atos do contato: histórias do povo indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)**. 2005. 209p. Dissertação (mestrado) – Universidade.

XAVIER, R. **Gente do Sol**. Documentário. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão. 2007.

Xokleng: a história do povo indígena quase dizimado que conseguiu vitória histórica no STF. **BBC NEWS BRASIL**. 6 de jun. de 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz9gkvk2ynxo>> . Acesso em: 25 jun. 2024.

VELA, Sarah Jéssica; WITTMANN, Luisa Tombini; TREVISAN, Kally Cassiani Costa. A barragem morte (Norte) no cinema: impactos da sua construção na comunidade indígena Laktlãnõ/Xokleng. **31º Seminário de Iniciação Científica - SIC**, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2021.